

Participação eleitoral, partidos e candidatos nas disputas pelas prefeituras dos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 1992-2000

Vladimir Lombardo Jorge

Introdução

Embora a bibliografia sobre partidos e eleições no Rio de Janeiro seja extensa (Schmitt, 1997:138), faltam análises sobre os resultados das eleições municipais. Este texto preenche parcialmente essa lacuna, pois se trata de uma análise da política fluminense feita a partir dos resultados das eleições majoritárias realizadas entre 1992 e 2000 nos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

O estado do Rio de Janeiro possui atualmente sete regiões, dentre as quais a mais importante é a Metropolitana. Desde 2001, essa região é formada por 20 municípios: Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Japeri, Magé, Mangaratiba, Maricá, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, Rio de Janeiro (capital), São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica e Tanguá.¹

De acordo com o Censo de 2000, vivem atualmente, nessa região, 77% da população fluminense.² O município do Rio de Janeiro sozinho comporta 41% da população do estado e 54% dos habitantes da Região Metropolitana. Os municípios da Baixada Fluminense, por sua vez, concentram 23% da população do estado e 30% dos que vivem na região. Nos demais municípios, residem 13% da população fluminense e 17% dos que moram na região.

Os principais objetivos deste texto são analisar a participação eleitoral dos fluminenses e o desempenho eleitoral dos partidos e dos candidatos. As perguntas que desejo responder, portanto, são: 1. *Qual o grau de participação do eleitor nas eleições?* 2. *Como votou o eleitor desses municípios?* e 3. *Na competição existente, qual sua evolução e*

tendências na conquista do voto? Não pretendo, contudo, discutir os motivos que levaram os fluminenses a fazerem suas escolhas eleitorais, tarefa importante, mas que está além dos meus propósitos.

Este texto está dividido em duas partes. Na primeira, discuto sucintamente a participação política dos eleitores da Região Metropolitana nas eleições majoritárias. Na segunda e última seção, analiso os resultados das eleições realizadas no período 1992-2000.

1. Participação política na Região Metropolitana do Rio de Janeiro

Nas três eleições municipais realizadas entre 1992 e 2000, mais de 50% da população da Região Metropolitana do Rio de Janeiro estava apta a votar. Nesta seção, pretendo verificar quantos eleitores compareceram para votar e, dentre estes, quantos votaram efetivamente em um candidato. Para analisar essas questões, vou examinar e comparar as taxas de 1. abstenção eleitoral e 2. votos em branco e nulos.

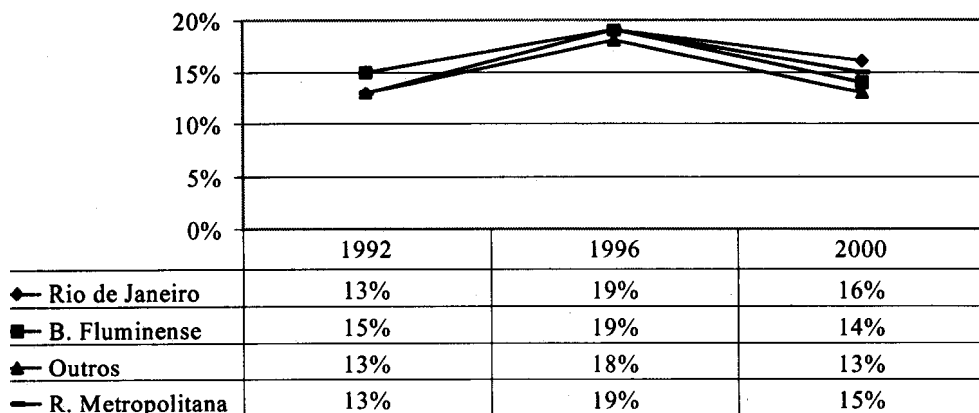
Não pretendo neste trabalho explicar os motivos que levaram alguns eleitores a se absterem de votar ou, tendo comparecido à sua seção eleitoral, a deixarem sua cédula em branco ou a anulá-la. Sem dúvida que essas questões são importantes, mas está além do meu propósito esclarecê-las aqui.

Para simplificar a análise, dividi a Região Metropolitana em três áreas. A primeira é formada exclusivamente pelo município do Rio de Janeiro. A segunda agrupa os 11 municípios da Baixada Fluminense (Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados e São João de Meriti). A terceira agrega os outros oito municípios (Itaboraí, Itaguaí, Mangaratiba, Maricá, Niterói, São Gonçalo, Seropédica e Tanguá).

De acordo com o gráfico 1, em nenhuma das três eleições realizadas entre 1992 e 2000 o comparecimento dos eleitores da Região Metropolitana do Rio de Janeiro foi inferior a 80%. Esse gráfico mostra que a abstenção eleitoral oscilou entre 1992 e 2000: o percentual de abstenção passou de 13%, em 1992, para 19%, em 1996, caindo para 15%, em 2000. Essa tendência repetiu-se tanto no município do Rio de Janeiro quanto na Baixada Fluminense e na área que engloba os demais municípios da Região.

Gráfico 1

Abstenção eleitoral na Região Metropolitana do Rio de Janeiro
Eleição majoritária, primeiro turno



Fonte: TRE-RJ.

A tabela 1 mostra que, em 1996, a abstenção foi 55% maior na Região Metropolitana do Rio de Janeiro do que em 1992. A tabela mostra que a abstenção cresceu menos na Baixada Fluminense, 44%, do que no município do Rio de Janeiro, 59%, e na área que agrega os outros oito municípios da Região Metropolitana, 61%. Em 2000, de acordo com a tabela 1, a abstenção eleitoral foi 18% menor na Região Metropolitana do que em 1996. No município do Rio de Janeiro, a abstenção foi 14% menor; na Baixada Fluminense, 25% menor; e na área que reúne os outros municípios da região, 23% menor.

Em 1996, a taxa de abstenção foi maior em Maricá do que nos demais municípios da região metropolitana. A tabela 1 mostra que a abstenção cresceu 81% nesse município. Itaguaí, por sua vez, foi o município que registrou, em 1996, a menor taxa de abstenção: 10%. Em 2000, todos os municípios registraram queda no número de abstenções eleitorais. A queda, contudo, foi mais acentuada em Mangaratiba, -84%, do que nos demais municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Já o município de Tanguá registrou a menor queda: -13%.

Tabela 1

Taxa de abstenção eleitoral e de votos em branco e nulos
 Eleições majoritárias na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, primeiro turno (%)

Município/Região	Abstenção eleitoral		Branco e nulos	
	1996-1992	2000-1996	1996-1992	2000-1996
Metropolitana				
Rio de Janeiro	59	-14	-45	-32
Belford Roxo	27	-33	-47	-19
Duque de Caxias	51	-17	-41	-49
Guapimirim	63	-18	-4	-27
Japeri	29	-40	-40	-28
Magé	46	-25	-29	-44
Mesquita	—	—	—	—
Nilópolis	58	-15	-43	-15
Nova Iguaçu	41	-42	-26	-59
Paracambi	33	-25	-49	-5
S. J. de Meriti	54	-21	-34	-28
Baixada Fluminense	44	-25	-35	-39
Itaboraí	40	-22	-29	-30
Itaguaí	10	-33	-64	-27
Mangaratiba	28	-84	-52	-44
Maricá	81	-23	-47	-11
Niterói	55	-17	-33	-39
Queimados	40	-29	-35	-38
São Gonçalo	65	-23	-45	-29
Seropédica	—	-19	—	-25
Tanguá	—	-13	—	-20
Outros	61	-23	-39	-32
Região Metropolitana	55	-18	-41	-34

Fonte: TRE-RJ.

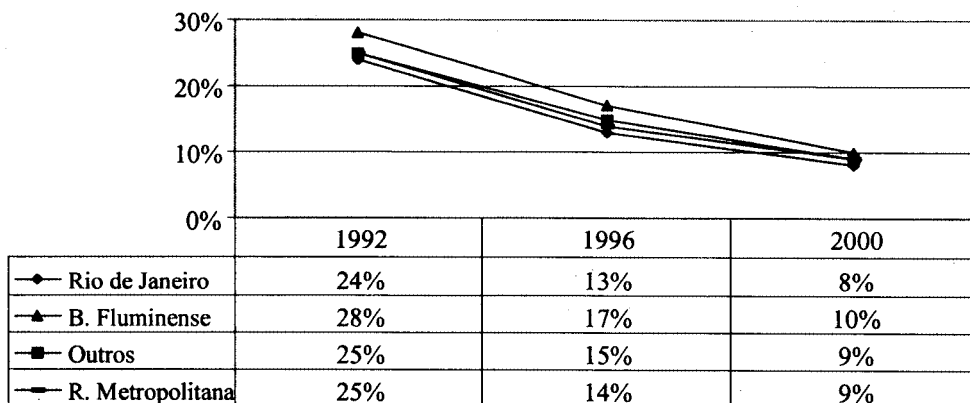
O eleitor que comparece à seção eleitoral pode optar por: 1. escolher um candidato a prefeito, 2. deixar em branco a cédula eleitoral ou 3. anular seu voto. O gráfico 2 mostra que, ao longo do período 1992-2000, o percentual de votos brancos e nulos, analisados conjuntamente, cai continuamente: em 1992, 25% dos eleitores que votaram deixaram seu voto em branco ou anularam a cédula eleitoral; em 1996, esse percentual caiu para 14% e, em 2000, para 9%. Esse gráfico mostra ainda que tal tendência se repetiu também no município do Rio de Janeiro, na Baixada

Fluminense e na área que abrange os demais municípios da Região Metropolitana. Verificou-se, portanto, que, a cada eleição, cresceu o número de eleitores fluminenses que escolhia efetivamente alguém para governá-lo.

Gráfico 2

Votos em branco e nulos

Região Metropolitana do Rio de Janeiro, primeiro turno



Fonte: TRE-RJ.

Segundo a tabela 1, em 1996, os votos brancos e nulos, na Região Metropolitana, diminuíram 41% em relação à eleição de 1992. Em 2000, a queda foi um pouco menor: -34%. Em 1996, a queda foi maior no município do Rio de Janeiro (-45%) do que na Baixada Fluminense (-35%) e na área que reúne os outros oito municípios da região (-39%). Já em 2000, a diminuição foi maior na Baixada Fluminense (-39%) do que no município do Rio de Janeiro (-32%) e na área que engloba os demais municípios da Região Metropolitana (-32%).

Segundo a tabela 1, em 1996, os votos em branco e nulos caíram menos em Guapimirim (-4%) do que nos demais municípios. O município que registrou a maior queda foi Itaguaí (-64%). Em outras palavras, em 1996, o número de votos brancos e nulos foi 4% menor em Guapimirim e 64% menor em Itaguaí em relação à eleição anterior. Em 2000, os votos em branco e nulos caíram mais em Nova Iguaçu (-59%) do que nos demais municípios. Na última eleição do período, o município que registrou a menor queda foi Paracambi (-5%).

Até aqui só comparei a participação eleitoral no primeiro turno. No Brasil, por determinação das Constituições estaduais, empregam-se nas eleições para prefeito dois tipos de *sistema eleitoral majoritário*: nos municípios com *menos* de 200 mil eleitores, o *de maioria simples*, nos com *mais* de 200 mil eleitores, o *de dois turnos*.³ Dentre os 20 municípios existentes atualmente na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, apenas sete podem realizar uma segunda eleição quando nenhum dos candidatos

obtém, no primeiro pleito eleitoral, mais de 50% dos votos. São eles: Belford Roxo, Duque de Caxias, Niterói, Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, São Gonçalo e São João de Meriti.

A possibilidade de haver segundo turno suscita uma pergunta: *será que o percentual de abstenção ou de votos em branco e nulos é maior no segundo turno do que no primeiro turno?*

Em 1992, houve segundo turno em cinco municípios: Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, São Gonçalo e São João de Meriti. Em 1996, em três: Duque de Caxias, Rio de Janeiro e São João de Meriti. Em 2000, em quatro: Belford Roxo, Niterói, Rio de Janeiro e São Gonçalo. Portanto, o Rio de Janeiro foi o único município no qual, nas três eleições, a disputa pelo cargo de prefeito só foi definida no segundo turno. Isso denota que as disputas são mais competitivas no Rio de Janeiro do que nos demais municípios.

Tabela 2

Abstenção eleitoral e votos em branco e nulos
Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 1992-2000 (%)

Município	Ano	Abstenção eleitoral		Votos em branco e nulos	
		1.º turno	2.º turno	1.º turno	2.º turno
Duque de Caxias	1992	14	19	30	14
Nova Iguaçu	1992	16	23	31	17
Rio de Janeiro	1992	13	16	24	15
S. Gonçalo	1992	12	18	27	13
S. J. de Meriti	1992	12	18	26	14
Duque de Caxias	1996	19	23	17	10
Rio de Janeiro	1996	19	21	13	16
S. J. de Meriti	1996	17	22	16	9
Belford Roxo	2000	14	18	10	4
Niterói	2000	15	17	9	6
Rio de Janeiro	2000	16	19	8	9
S. Gonçalo	2000	13	16	9	5

Fonte: TRE-RJ.

Segundo a tabela 2, em todas as três eleições analisadas o percentual da abstenção eleitoral foi maior no segundo turno do que no primeiro. Quanto aos votos em branco e nulos, essa tabela mostra que, em quase todas as eleições, o percentual de cédulas em branco e de votos anulados tende a ser menor no segundo turno do que no primeiro. As únicas exceções foram as eleições de 1996 e de 2000 no Rio de Janeiro. Nesses casos, o número de eleitores que deixaram em branco sua cédula eleitoral, anularam seu voto ou tiveram sua cédula anulada foi maior no segundo turno do que no primeiro.

O crescimento da abstenção no segundo turno ocorreu, provavelmente, porque os eleitores cujos candidatos foram derrotados optaram por se abster de participar. Tendo em vista que aumentou o número dos que se identificavam com os dois mais votados, era esperada a diminuição dos votos em branco e nulos. Todavia, há diversas causas que podem explicar as motivações dos eleitores para votar em branco, anular seu voto ou abster-se de votar. É difícil, entretanto, distinguir essas causas, o que explica a existência de diversas interpretações da participação eleitoral.⁴

Tendo examinado rapidamente a participação eleitoral dos habitantes da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, resta-me agora analisar, na próxima seção, para quais partidos e grupos ideológicos os eleitores dessa Região destinaram seu voto e como se comportaram diante da possibilidade de reeleger seus prefeitos.

2. Análise dos resultados eleitorais

Entre 1992 e 2000, 10 partidos conseguiram eleger prefeitos na Região Metropolitana do Rio de Janeiro: quatro de esquerda (PDT, PT, PSB e PPS), três de centro (PSDB, PMDB e PTB) e três de direita (PDS/PPR/PPB, PL e PFL).⁵ Tendo em vista que a população está distribuída irregularmente pelos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, ao analisarmos o desempenho eleitoral desses partidos, devemos observar, além do número de prefeituras conquistadas, a densidade populacional dos municípios nos quais foram vitoriosos. A tabela 3 mostra o percentual de pessoas e de municípios que cada partido passou a governar.

Tabela 3

Número de municípios conquistados e da população dos municípios por partido e bloco ideológico (%)

Bloco	Partido	População			Municípios		
		1992	1996	2000	1992	1996	2000
Esquerda	PPS	—	—	4	—	—	5
	PDT	16	14	7	35	16	25
	PT	—	—	0	—	—	5
	PSB	2	—	—	6	—	—
Centro	PMDB	62	1	13	29	11	15
	PTB	2	—	54	6	—	5
	PSDB	—	18	19	—	32	30
Direita	PDS/PPB	8	4	1	6	5	5
	PFL	7	61	0	6	26	5
	PL	4	2	0	12	11	5
Total		100	100	100	100	100	100
		nº=	nº=	nº=	nº=	nº=	nº=
		9.814.574	10.192.097	10.894.156	17	19	20

Obs.: 0 = não atingiu 1%.

Fonte: TRE-RJ; IBGE; Fundação CIDE.

De acordo com a tabela 3, o PDT foi o partido que mais conseguiu eleger prefeitos dentre os partidos de esquerda. Em 1992, esse partido elegeu 35% dos prefeitos da Região Metropolitana; em 1996, o número de prefeituras nas mãos do PDT caiu para 16%. Em 1996, o PDT perdeu as prefeituras de Itaguaí, Maricá, Nova Iguaçu e Paracambi; manteve as de Nilópolis e Niterói e conquistou a de São Gonçalo. Em 2000, embora tenha perdido as prefeituras de Nilópolis e de São Gonçalo, venceu as eleições majoritárias em 25% dos municípios: Niterói, Itaboraí, Japeri, Maricá e Mesquita.

Podemos avaliar melhor o desempenho do PDT em 1996 e 2000 se compararmos o resultado da eleição com o número de prefeituras que efetivamente disputou. O PDT foi um dos partidos que mais lançou candidatos a prefeito na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Em 1996, esse partido lançou 14 (74%) candidatos a prefeito e elegeu três (21%). Em 2000, o resultado foi um pouco melhor: lançou 19 (95%) e elegeu cinco (26%).

Foi em Niterói que o PDT obteve os seus melhores resultados eleitorais, município administrado por esse partido desde 1988. Em 1988, o PDT elegeu Jorge Roberto Saad Silveira com 53% dos votos válidos (soma dos votos nominais). Em 1992, Silveira conseguiu eleger seu sucessor, João Carlos de A. Sampaio, no primeiro turno. Sampaio tornou-se prefeito também com 53% dos votos válidos. Em 1996, Silveira elegeu-se novamente prefeito. Desta vez, obteve uma votação expressiva no primeiro turno: 77% dos votos válidos. Em 2000, contudo, a vitória do PDT não foi tão expressiva como nos anos anteriores, já que Silveira reelegeu-se apenas no segundo turno e com um percentual de votos menor do que o da eleição de 1996: 58% dos votos válidos.

Embora, em 2000, o PDT tenha conquistado mais municípios do que em 1996, isso não significa que esse partido tenha, com isso, aumentado o número de pessoas sob seu governo. A tabela 3 mostra que, ao longo da década de 1990, o PDT fez uma trajetória descendente em termos de população: em 1992, esse partido governava 16% da população da Região Metropolitana do Rio de Janeiro; em 1996, caiu para 14%; e, em 2000, reduziu-se a 7%. A queda ocorrida em 2000 deveu-se à derrota sofrida por esse partido em São Gonçalo, que é um dos três municípios “muito grandes” do estado, contendo 8% da população da Região Metropolitana.⁶

A tabela 3 mostra que os outros partidos de esquerda, PSB, PT e PPS, só conseguiram eleger um prefeito no período de 1992-2000. O PSB elegeu o prefeito de Itaboraí, João César da Silva Caffaro, em 1992. Já o PT e o PPS só conseguiram eleger prefeitos na Região Metropolitana em 2000. O primeiro elegeu o prefeito de Paracambi, André Luiz Ceciliano, e o segundo, o de Belford Roxo, Waldir Camilo dos Santos.⁷

Dentre os partidos de centro, segundo a tabela 3, os que tiveram melhores desempenhos foram o PSDB e o PMDB, respectivamente. Apesar de não ter elegeu nenhum prefeito em 1992, o PSDB obteve bons resultados nas eleições de 1996 e 2000. Em 1996, esse partido venceu em 32% dos municípios da Região Metropolitana: Duque de Caxias, Itaboraí, Itaguaí, Mangaratiba, Nova Iguaçu e Seropédica. Em 2000, elegeu 30% dos prefeitos nessa Região e, dentre os seis municípios conquistados em 1996, perdeu apenas Itaboraí. Em compensação, o PSDB conquistou a prefeitura de Magé.⁸

A tabela 3 mostra que, em 2000, cresceu levemente o número de fluminenses governados pelo PSDB. Isso se deveu à reeleição de cinco prefeitos “tucanos” e à vitória desse partido em Magé. Tanto Itaboraí quanto Magé são municípios “grandes”; contudo, o primeiro tinha apenas 42% da população do segundo.⁹ Portanto, por esse motivo a substituição de Itaboraí por Magé representou um ganho para o PSDB em termos de população.

O PMDB, por sua vez, conquistou, em 1992, 29% das prefeituras da Região Metropolitana: Japeri, Mangaratiba, Queimados, Rio de Janeiro e São João de Meriti.

Em 1996, esse partido conquistou a prefeitura de Paracambi; contudo perdeu todas as prefeituras conquistadas em 1992, com exceção de uma: a de Japeri. Em 2000, o PMDB perdeu as prefeituras de Japeri e Paracambi, mas conquistou as de Queimados, São Gonçalo e São João de Meriti.

A derrota sofrida pelo PMDB no município do Rio de Janeiro, em 1996, levou esse partido a deixar de governar 54% da população da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Em 2000, o PMDB aumentou o número de pessoas sob seu governo graças às vitórias obtidas em um município “muito grande”, São Gonçalo, e em um município “grande”, São João de Meriti. Esses dois municípios juntos possuíam 12% da população da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

O PTB só conseguiu eleger um prefeito em 1992 e outro em 2000. Em 1992, esse partido venceu em Magé e, em 2000, no Rio de Janeiro. De acordo com a tabela 3, a vitória obtida pelo candidato do PTB no município do Rio de Janeiro, em 2000, permitiu que governasse 54% da população da Região Metropolitana.¹⁰

Segundo a tabela 3, dentre os partidos de direita, o PFL foi o que mais elegeu prefeitos no período 1992-2000. De acordo com essa tabela, em 1992, esse partido elegeu apenas o prefeito de Duque de Caxias. Em 1996, embora tenha perdido a prefeitura de Duque de Caxias, o PFL registrou um crescimento expressivo, já que elegeu 26% dos prefeitos da região: Rio de Janeiro, Maricá, Queimados, Guapimirim e São João de Meriti. Em 2000, esse partido minguou, uma vez que conquistou apenas a prefeitura de Tanguá.

A diminuição dos municípios governados pelo PFL em 2000 não ocorreu em consequência das derrotas eleitorais sofridas por esse partido. Em 2000, o PFL lançou menos candidatos à prefeitura do que em 1996. Em 1996, disputou o governo de 10 municípios da região metropolitana; em 2000, apenas quatro. Em Guapimirim, Queimados e São João de Meriti, por exemplo, o PFL não lançou candidato a prefeito, tendo optado por apoiar um candidato de outro partido. Nesses três municípios, a coligação vitoriosa era integrada pelo PFL. De fato, em apenas dois municípios, dentre os cinco conquistados em 1996, o eleitorado rejeitou a administração pefelista: Rio de Janeiro e Maricá.

A tabela 3 mostra que o melhor desempenho obtido pelo PFL na Região Metropolitana do Rio de Janeiro foi em 1996. Naquela eleição, esse partido não apenas elegeu mais prefeitos do que nas eleições de 1992 e 2000 como também passou a governar mais pessoas (61%) do que em 1992 (7%) e 2000 (menos de 1%).¹¹ O excelente resultado obtido em 1996 deveu-se às vitórias obtidas no único megamunicípio do estado, o Rio de Janeiro, e em um município “grande”, São João de Meriti. O primeiro possuía 54% da população da Região e o segundo, 4%.

De acordo com a tabela 3, o PL venceu, em 1992, em apenas 12% dos municípios: Belford Roxo e Guapimirim. Embora, em 1996, esse partido tenha perdido as prefeituras conquistadas em 1992, conseguiu eleger os prefeitos de Magé e Tanguá.

Em 2000, a exemplo do que aconteceu com o PFL, o PL minguou, já que elegeu apenas o prefeito de Guapimirim.

Mas, se em termos de número de municípios não houve alterações importantes entre 1992 e 1996, o mesmo não pode ser dito em termos de população. A vitória obtida, em 1996, em Magé não compensou a derrota sofrida em Belford Roxo, já que este possuía 4% da população da Região Metropolitana e aquele, segundo a tabela 3, apenas 2%. Embora ambos fossem municípios “grandes”, a população de Magé correspondia a apenas 46% da população de Belford Roxo. Em 2000, o PL conquistou apenas a prefeitura de um município “médio”, Guapimirim, passando a governar menos de 1% da população da Região Metropolitana.

Nas três eleições realizadas no período 1992-2000, o PDS/PPR/PPB só conseguiu eleger um único prefeito. Em 1992, o PDS elegeu Hairson Monteiro dos Santos prefeito de São Gonçalo; em 1996, Maria Lúcia Netto dos Santos, viúva do ex-prefeito Jorge Júlio Costa dos Santos (Joca), elegeu-se pelo PPB prefeita de Belford Roxo; e, em 2000, Farid Abrão David foi eleito pelo PPB prefeito de Nilópolis.

Em termos de população, a cada eleição o PDS/PPB governava um número menor de pessoas: em 1992, eram 8% da população da Região Metropolitana; em 1996, 4%; e, em 2000, 1% (ver tabela 3).

Quadro 1

Resultados eleitorais

Prefeituras da Região Metropolitana do Rio de Janeiro

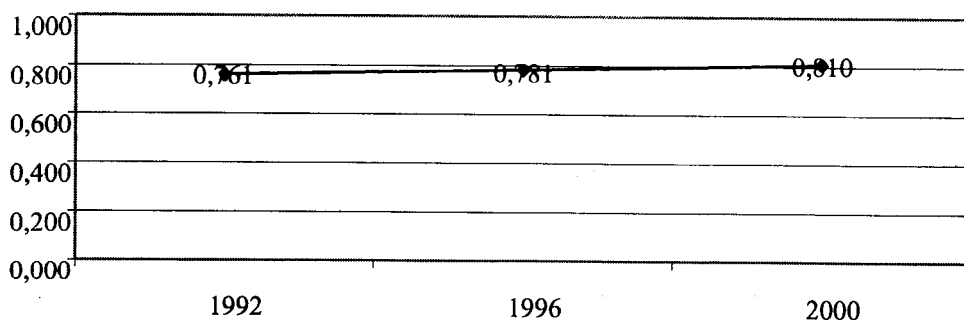
Bloco ideológico	Partidos	1992		1996		2000	
		Total	Municípios	Total	Municípios	Total	Municípios
Esquerda	PDT	6	Itaguaí, Maricá, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu e Paracambi	3	Nilópolis, Niterói e São Gonçalo		Itaboraí, Japeri, Maricá, Mesquita e Niterói
	PT	0	—	0	—	1	Paracambi
	PSB	1	Itaboraí	0	—	0	—
	PPS	0	—	0	—	1	Belford Roxo
Centro	PSDB	0	—	6	Duque de Caxias, Itaboraí, Itaguaí, Mangaratiba, Nova Iguaçu e Seropédica	6	Duque de Caxias, Itaguaí, Magé, Mangaratiba, Nova Iguaçu e Seropédica
	PMDB	5	Japeri, Mangaratiba, Queimados, Rio de Janeiro e São João de Meriti	2	Japeri e Paracambi	3	Queimados, São Gonçalo e São João de Meriti
	PTB	1	Magé	0	—	1	Rio de Janeiro
Direita	PDS/PPB	1	São Gonçalo	1	Belford Roxo	1	Nilópolis
	PFL	1	Duque de Caxias	5	Guapimirim, Maricá, Queimados, Rio de Janeiro e São João de Meriti	1	Tanguá
	PL	2	Belford Roxo e Guapimirim	2	Magé e Tanguá	1	Guapimirim

Fonte: TRE-RJ.

O quadro 1 mostra que a alternância dos partidos nos executivos municipais foi uma característica da esmagadora maioria dos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Em 1996, 82% dos municípios preferiram entregar o governo municipal a outro partido. Na eleição seguinte, esse percentual caiu para 68%. Isso significa que 32% dos municípios optaram por manter o partido que havia vencido a eleição em 1996 no poder. A análise dos resultados eleitorais não me permite dizer se essa queda foi ou não reflexo da introdução no Brasil do instituto da reeleição dos chefes do Executivo.¹²

Já que a tendência do eleitor da Região Metropolitana do Rio de Janeiro é promover a alternância partidária no poder, cabe uma pergunta: *qual a probabilidade de dois municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, escolhidos aleatoriamente, serem governados por prefeitos pertencentes a partidos diferentes?* Para responder a essa pergunta, calculei o índice de fragmentação das prefeituras.¹³ Tal como o índice de fragmentação partidária, esse índice varia entre 0 (zero) e 1 (um). Se, em uma eleição, um único partido for vitorioso em todos os municípios, F será igual a 0 (zero); mas se todos os prefeitos eleitos pertencerem a partidos diferentes, F será igual a 1. Em outras palavras, quanto mais municípios estiverem nas mãos de uns poucos partidos, mais próximo o índice estará de 0 (zero); quanto menos municípios estiverem nas mãos de uns poucos partidos, mais próximo estará de 1 (um).

Gráfico 3
Índice de fragmentação
Prefeituras dos municípios do estado do Rio de Janeiro, 1992-2000



Fonte: TRE-RJ.

O gráfico 3 mostra que, apesar de a dispersão das prefeituras pelos partidos ser média, há uma tendência de crescimento do índice de fragmentação. O índice permaneceu médio porque os dados analisados mostram que, nas três eleições realizadas no período, o resultado da soma do número de prefeituras conquistadas por dois partidos era maior do que 50%. Em outras palavras, dois partidos conquistaram mais prefeituras do que os demais. Contudo, de acordo com o quadro 1, não foram sempre os mesmos. Em 1992, o PDT e o PMDB conquistaram 65% das prefeituras dessa Região. Em 1996, foram o PSDB e o PFL que venceram em 58% dos municípios. Em 2000, PDT e PSDB venceram a disputa em 55% municípios da Região.

Para elegerem-se, contudo, os candidatos não contam apenas com o apoio do seu partido. A fim de maximizar suas chances eleitorais e, se eleitos, poderem go-

vernar, os candidatos formam coligações. É desta estratégia política que vou tratar na próxima seção.

2.1 Resultados eleitorais: coligações vitoriosas

De acordo com Rogério Schmitt, as coligações em disputas proporcionais plurinominais é assunto controverso. No caso das eleições majoritárias, entretanto, é uma imposição. Pois, segundo Schmitt, “em disputas uninominais realizadas em contextos multipartidários (...) a constituição de alianças partidárias é uma exigência do próprio padrão bipolar de competição que reconhecidamente decorre da fórmula majoritária” (Schmitt, 1999: 2).

No vocabulário jurídico-político brasileiro, o termo coligação é empregado para designar “as alianças eleitorais entre partidos, que visam alcançar, assim, o maior número de postos em uma eleição proporcional ou o melhor resultado em um escrutínio majoritário” (Porto, 2000:139). A formação de coligações pressupõe, portanto, que partidos com afinidades programáticas utilizem tais alianças como estratégia para maximizar suas chances eleitorais e, dessa forma, impor derrotas aos seus adversários ideológicos. Desta perspectiva, na constituição das coligações, partidos de esquerda e de direita formariam alianças com seus pares ou com os de centro mais próximos de suas posições ideológicas.

A formação de coligações foi um recurso estratégico muito utilizado pelos partidos que elegeram os prefeitos na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. A tabela 4 mostra que, nas três eleições realizadas no período 1992-2000, mais de 60% dos prefeitos dessa Região elegeram-se apoiados por coligações. Em 1992, de acordo com essa tabela, 65% elegeram-se se valendo dessa estratégia eleitoral. Esse percentual foi maior ainda nas duas eleições municipais posteriores: 89% e 85%.

Tabela 4

Coligações eleitorais: prefeitos eleitos, 1992-2000 (%)

Eleito	1992	1996	2000
Com coligação	65	89	85
Sem coligação	35	11	15
Total	100	100	100
	n = 17	n = 19	n = 20

Fonte: TRE-RJ.

Em 1992, os candidatos que se elegeram prefeitos sem serem apoiados por uma coligação foram: Adimar Arcênio dos Santos (PMDB), de São João de Meriti; Altamir Gomes (PDT), de Nova Iguaçu; Benedito Marques de Amorim (PDT), de

Itaguaí; Uilton Afonso Viana (PDT), de Maricá; Moacyr do Carmo (PFL), de Duque de Caxias; e Charles Cozzolino (PTB), de Magé. Em 1996, os que se elegeram sem coligação foram os dos municípios do Rio de Janeiro, Luiz Paulo Fernandez Conde (PFL), e de Itaboraí, Sérgio Alberto Soares (PSDB). Em 2000, foram os dos municípios de Seropédica, Anabal Barbosa de Souza (PSDB); de Maricá, Ricardo Queiroz (PDT); e de Tanguá, Jailson José Cardoso (PFL).

Uma tendência verificada no período de 1992-2000 foi a do robustecimento das coligações. Em 1992, as coligações vitoriosas possuíam, em média, três partidos. Nesse ano eleitoral, somente as coligações encabeçadas pelo PDT eram integradas por mais de três partidos. Estas possuíam, em média, cinco partidos.

Já em 1996, as coligações tinham, em média, cinco partidos. Nesse ano eleitoral, coligações encabeçadas pelo PMDB, PSDB, PDT, PL, PFL e PPB possuíam mais de cinco partidos. PMDB, PSDB, PDT, PL e PFL encabeçaram coligações em mais de um município. Estas tinham, em média: sete, cinco, cinco, quatro e quatro partidos, respectivamente.

Em 2000, as coligações vitoriosas foram ainda mais robustas do que as de 1996. Nesse ano eleitoral, as coligações vitoriosas eram formadas por, em média, oito partidos. Coligações encabeçadas pelo PSDB, PDT, PMDB, PL, PFL e PPB possuíam mais de oito partidos. PSDB, PDT e PMDB, que fizeram coligação em mais de um município da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, encabeçaram coligações que tinham, em média: nove, nove e sete partidos, respectivamente.

Nas últimas eleições do período em foco, as coligações não se tornaram apenas mais robustas; tornaram-se, também, mais heterogêneas. Em 1992, nenhuma das coligações vitoriosas era integrada simultaneamente por partidos de esquerda e de direita. Já em 1996, algumas das coligações vitoriosas eram integradas simultaneamente por partidos de esquerda e de direita. De acordo com o quadro 2, essa estranha combinação ideológica ocorreu em oito (42%) municípios da Região. O que mais chama a atenção nesse quadro é o PT. Embora este seja o partido de esquerda que mais zele por manter um comportamento coerente com sua identidade ideológica, ainda assim ele integrou coligações que incluíam pequenos partidos de direita, a saber: PSD, PRN, PL e PRONA. É verdade que em São Gonçalo e em Japeri o “cabeça de chapa” não pertencia a nenhum desses dois partidos. No primeiro, o PT ajudou a eleger um prefeito do PDT; no segundo, um do PMDB. Porém, em Tanguá, o candidato apoiado pelo PT pertencia a um partido de direita, o PL.

Quadro 2

Coligações vitoriosas integradas por partidos de esquerda e de direita, 1996

Município	Partido do prefeito	Coligação
São Gonçalo	PDT	PPS, PV, PDT, PT, PSB, PTB, PST, PSD, PRN, PSL, PR
Nova Iguaçu	PSDB	PT do B, PPS, PMN, PV, PTB, PST, PSDB, PFL, PL, PPB, PSD, PRP, PGT
Seropédica	PSDB	PV, PST, PSDB, PSD
Japeri	PMDB	PPS, PV, PT, PSB, PMDB, PL, PRN, PRONA, PGT, PTN, PRTB
Tanguá	PL	PV, PDT, PT, PL, PSL
Belford Roxo	PPB	PT do B, PMN, PV, PTB, PPB, PRP, PSC, PRN, PSL, PTN
Maricá	PFL	PT do B, PSDB, PFL, PPB
Guapimirim	PFL	PT do B, PPS, PDT, PFL, PPB, PSD

Fonte: TRE-RJ.

De acordo com o quadro 3, tal como em 1996, algumas coligações vitoriosas em 2000 eram integradas simultaneamente por partidos de esquerda e de direita. Mas, ao contrário do que ocorreu em 1996, em 2000 o PT não integrou nenhuma coligação que contivesse algum partido de direita. O quadro 4 mostra que as coligações vitoriosas ou não vitoriosas das quais participou o PT eram integradas por partidos de esquerda (PT do B, PC do B, PSB, PDT, PV, PMN, PCB, PPS), de centro (PMDB) e/ou indefinidos (PSDC e PGT).¹⁴

Ainda segundo o quadro 4, o PT participou de nove coligações com o PC do B; de sete com o PDT; de seis com o PSB; de quatro com o PT do B; de três com o PV e/ou o PCB; e de uma com o PMDB, o PSDC, o PMN, o PPS e/ou PGT.

Quadro 3

Coligações vitoriosas integradas por partidos de esquerda e de direita, 2000

Município	Partido do prefeito	Coligação
Duque de Caxias	PSDB	PPS, PV, PT do B, PTB, PST, PSDB, PMDB, PPB, PSD, PSC, PSDC e PHS
Nova Iguaçu	PSDB	PPS, PT do B, PSDB, PMDB, PFL, PPB, PSD, PRP, PRN, PRONA, PGT, PSL, PTN, PRTB, PAN, PSDC e PHS
Mangaratiba	PSDB	PPS, PMN, PTB, PST, PSDB, PFL, PL, PPB, PSD, PSC e PRONA
Japeri	PDT	PMN, PV, PDT, PTB, PFL, PL, PGT, PSDC e PHS
Mesquita	PDT	PV, PT do B, PDT, PTB, PST, PL, PPB, PSD, PRP, PSC, PRN e PSL
Queimados	PMDB	PPS, PV, PSB, PSDB, PMDB, PFL, PL, PSC, PRONA e PTN
Belford Roxo	PPS	PPS, PMN, PTB, PST e PRN
Rio de Janeiro	PTB	PPS, PMN, PTB, PL, PRN, PGT, PSL, PTN, PRTB e PAN
Guapimirim	PL	PPS, PV, PT do B, PTB, PSDB, PFL, PL, PPB, PRONA, PTN e PRTB

Fonte: TRE-RJ.

Quadro 4

Coligações com a participação do PT

Município	Nome da coligação	Partidos da coligação
B. Roxo	Frente Popular Muda Belford Roxo*	PDT, PT , PC do B , PCB , PSB
D. de Caxias	Frente Popular	PT, PSB
Itaboraí	Itaboraí Tem Jeito	PDT, PT, PV, PMDB, PSDC, PMN, PC do B
Japeri	Frente Alternativa*	PT, PT do B, PC do B
Magé	Frente Magé Popular*	PT, PC do B
Mangaratiba	União por Mangaratiba	PSB, PV, PDT, PT, PC do B
Mesquita	Mesquita com Cidadania	PT, PSB, PPS, PCB, PC do B
N Iguacu	A Cidade para Todos*	PT, PCB
Niterói	União por Niterói	PDT, PT, PSB, PT do B, PC do B, PV
Paracambi	Frente Popular	PDT, PT, PGT, PSB
Queimados	Frente Queimados Paz e Trabalho	PDT, PT, PC do B, PT do B
R. de Janeiro	Aliança Rio Gente*	PT, PC do B
S. J. de Meriti	Frente Meriti para Todos	PDT, PT, PT do B

(*) Para cargo de prefeito e de vereador.

Fonte: TRE-RJ.

A possibilidade de fazer coligações é, como vimos, um recurso muito utilizado pelos partidos na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. A legislação brasileira permite o uso desse recurso há muito tempo. A grande novidade, em termos de política-eleitoral, na última década, foi a possibilidade de os chefes dos Executivos reelegerem-se. É essa novidade que vou analisar na próxima seção.

2.2 Análise dos resultados eleitorais: reeleição de prefeitos

Dentre os 19 prefeitos da Região Metropolitana do Rio de Janeiro eleitos em 1996, 17 (89%) tentaram reeleger-se em 2000. Os chefes do Executivo que não disputaram o cargo em 2000 foram os prefeitos de Nilópolis, José Carlos Soares Cunha, e de Paracambi, Rogério Ferreira.

Dentre os 17 que tentaram se reeleger, 10 (59%) obtiveram sucesso. Dentre estes, sete (70%) obtiveram, em 2000, uma votação maior do que a obtida em 1996. Tendo em vista esse crescimento, podemos afirmar que esses prefeitos tiveram seus governos aprovados e que conseguiram, durante seus mandatos, aumentar seu eleitorado. Os prefeitos que conseguiram realizar essa façanha foram: José Camilo Zito dos Santos Filho (PSDB), de Duque de Caxias; Nelson Roberto Bornier de Olivei-

ra (PSDB), de Nova Iguaçu; Carlo Busatto Filho (PSDB), de Mangaratiba; Anabal Barbosa de Souza (PSDB), de Seropédica; Azair Ramos da Silva (PFL), de Queimados; José Sagario Filho (PSDB), de Itaguaí; e Jailson José Cardoso (PFL), de Tanguá. A tabela 5 mostra que, dentre os prefeitos reeleitos, os que mais aumentaram seu eleitorado foram José Camilo Zito dos Santos Filho e Carlo Busatto Filho. O primeiro aumentou seu eleitorado em 61%; o segundo, em 67%.

Já três reeleitos (30%) obtiveram, em 2000, uma votação menor do que a recebida em 1996. Estes, apesar de terem seus governos aprovados pela maioria, não conseguiram evitar o desgaste e, por isso, seu eleitorado diminuiu. De acordo com a tabela 5, os que sofreram desgaste foram: José Roberto Saad Silveira (PDT), de Niterói; Antônio Pereira Alves de Carvalho (PMDB), de S. João de Meriti; e Ailton Rosas Vivas (PL), de Guapimirim. A tabela mostra que Vivas foi o que mais perdeu eleitores, -21%, e que Silveira perdeu mais (-15%) do que Carvalho (-12%).

Tabela 5

Votação dos prefeitos reeleitos em 2000 comparada com a de 1996

Nome do prefeito eleito	Partido	Município	Votação			
			Em 1996	Em 2000	B - A	(B - A)/A
			(A)	(B)	B - A	(B - A)/A
Carlo Busatto Filho	PSDB	Mangaratiba	5.231	8.747	3.516	67,21%
José Camilo Zito dos Santos Filho	PSDB	D. de Caxias	195.778	315.679	119.901	61,24%
José Sagario Filho	PSDB	Itaguaí	16.722	23.086	6.364	38,06%
Azair Ramos da Silva	PFL/PMDB	Queimados	20.611	27.718	7.107	34,48%
Anabal Barbosa de Souza	PSDB	Seropédica	11.288	14.983	3.695	32,73%
Nélson Roberto Bornier de Oliveira	PSDB	N. Iguaçu	184.640	204.713	20.073	10,87%
Jailson José Cardoso	PL/PFL	Tanguá	6.213	6.369	156	2,51%
Antônio Pereira Alves de Carvalho	PMDB	S. J. de Meriti	138.810	121.713	-17.097	-12,32%
Jorge Roberto Saad Silveira	PDT	Niterói	195.134	166.028	-29.106	-14,92%
Ailton Rosas Vivas	PFL/PL	Guapimirim	12.469	9.801	-2.668	-21,40%

Fonte: TRE-RJ.

O prefeito de Duque de Caxias recebeu, após a eleição, mais atenção dos meios de comunicação de massa e dos políticos porque, além de ter-se reeleito no primeiro turno com 81% dos votos nominais, ajudou na eleição de sua esposa, Narriman Zito (PSDB), e de seu irmão, Waldir Camilo dos Santos (PPS). Narriman Zito foi eleita prefeita de Magé com 36% dos votos e Waldir Camilo dos Santos, prefeito de Belford Roxo, no segundo turno, com 57% dos votos.

Dentre os 10 prefeitos reeleitos, apenas três disputaram as eleições de 2000 por um partido diferente daquele pelo qual se elegeram em 1996. O prefeito Azair Ramos da Silva, de Queimados, elegeu-se em 1996 pelo PFL, mas reelegeu-se em 2000 pelo PMDB. Já os prefeitos de Guapimirim, Ailton Rosas Vivas, e de Tanguá, Jailson José Cardoso, percorreram trajetórias inversas: o primeiro saiu do PFL e foi para o PL; o segundo deixou o PL e filiou-se ao PFL. Portanto, somente o prefeito de Queimados trocou de partido e de grupo ideológico, já que se elegeu por um partido de direita (PFL) mas foi reeleito por um de centro (PMDB). Já os prefeitos de Guapimirim e de Tanguá, apesar de terem mudado de partido, mantiveram-se dentro do mesmo grupo ideológico.

Dentre os sete que não se reelegeram, dois disputaram as eleições de 2000 por um partido diferente daquele pelo qual se elegeram prefeito. A prefeita de Belford Roxo, Maria Lúcia Netto dos Santos, elegeu-se pelo PPB em 1996 e, em 2000, tentou reeleger-se pelo PSDB. O prefeito de Magé, Nelson Costa Mello, elegeu-se pelo PL em 1996 e, em 2000, tentou reeleger-se pelo PDT. Portanto, nesses dois casos, os prefeitos trocaram não apenas de partido, mas também de grupo ideológico. A primeira elegeu-se por um partido de direita (PPB) e tentou reeleger-se por um de centro (PSDB); o segundo elegeu-se por um partido de direita (PL) e tentou reeleger-se por um de esquerda (PDT).

A movimentação das elites políticas locais pelos partidos explica, em alguns casos, a alternância ou a continuidade dos partidos nos executivos municipais. Nos municípios, a continuidade se deve menos à identificação partidária dos eleitores e mais 1. à ligação destes com as lideranças locais e 2. à avaliação que estes fazem dos seus mandatários. Logo, os eleitores tendem a acompanhar seus candidatos para onde eles forem. Parece ser o caso, por exemplo, dos municípios de São João de Meriti, Queimados, Guapimirim e Tanguá. Nestes municípios, o prefeito se reelegeu, embora tenha se transferido para outro partido durante o cumprimento do seu primeiro mandato.

Conclusão

Neste texto, foram analisadas três eleições majoritárias municipais realizadas na Região Metropolitana do estado do Rio de Janeiro no período de 1992-2000. Essas eleições foram estudadas visando a averiguar 1. a evolução da participação dos eleitores, 2. o desempenho dos partidos, 3. a reeleição ou não dos prefeitos e 4. a formação de coligações nas competições eleitorais.

Quanto à participação eleitoral, este estudo revelou que, nas três eleições, mais de 80% do eleitorado da Região compareceram à seção eleitoral para votar. Dentre esses, a maioria preferiu votar efetivamente, ou seja, optou pelo nome de um dos candidatos ao invés de deixar a cédula em branco ou anulá-la. Aliás, analisa-

dos conjuntamente, os votos em branco e nulos declinaram continuamente ao longo do período estudado.

Com relação à segunda questão, a análise revelou que, dentre os partidos de centro, o que apresentou melhor desempenho foi o PSDB. A análise revelou que, embora não tenha eleito nenhum prefeito em 1992, esse partido conseguiu eleger seis prefeitos em 1996 e em 2000.

A análise revelou também que, dentre os 17 prefeitos que tentaram reeleger-se em 2000, 59% obtiveram sucesso. A reeleição dos prefeitos também comprova o bom desempenho do PSDB na Região, já que 83% dos prefeitos eleitos por esse partido em 1996 conseguiram se reeleger.

Quanto ao uso das coligações nas competições eleitorais, a análise mostrou que 1. a maioria dos prefeitos da Região Metropolitana do Rio de Janeiro elegeu-se com o apoio de uma coligação e 2. ao longo do período as coligações passaram a ser formadas por um número maior de partidos. Em 1992, as coligações vitoriosas eram formadas, em média, por três partidos; na eleição seguinte, a média subiu para cinco partidos; em 2000, a média subiu para oito partidos.

Vladimir Lombardo Jorge
vlj@alternex.com.br
Professor da PUC-Rio

Notas

1. Nos anos de 1990, foram criados e instalados sete municípios. Em 01/01/1993, foram instalados os municípios de Belford Roxo, Guapimirim, Japeri e Queimados; em 01/01/1997, os municípios de Seropédica e Tanguá; em 01/01/2001, o município de Mesquita.

2. Utilizo o termo fluminense aqui para designar toda a população que vive na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, inclusive os que moram na capital, isto é, a população carioca.

3. A eleição majoritária em dois turnos, para os cargos de presidente e vice-presidente da República, foi introduzida no Brasil pela Emenda Constitucional n.º 25, de 15 de maio de 1985. Posteriormente, os constituintes de 1988 estenderam-na aos cargos de governador de Estado (ver art. 28 da Constituição Federal) e de prefeito de municípios com mais de 200 mil eleitores (ver art. 29, inc. II, da Constituição Federal).

4. Ver Reis, 1997:25-6.

5. Estes partidos foram classificados a partir da consulta do trabalho de Mainwaring, 2000; Lima Júnior, 1997; Fernandes, 1995.

6. Municípios muito grandes são aqueles que têm entre 500 mil e 1 milhão de habitantes. Sobre a estratificação dos municípios segundo o tamanho da população, ver Gomes e MacDowell, 2000:7.

7. Políticos e jornalistas atribuíram a vitória de Waldir Camilo dos Santos menos ao partido pelo qual disputou a eleição e mais ao fato de ser irmão do prefeito de Duque de Caxias, José Camilo Zito dos Santos Filho, do PSDB.
8. Políticos e jornalistas atribuíram a vitória de Narriman Zito mais ao fato de essa candidata ser esposa do prefeito de Duque de Caxias, José Camilo Zito dos Santos Filho, do que ao fato de pertencer ao PSDB.
9. Municípios grandes são aqueles que têm entre 100 e 500 mil habitantes (ver Gomes e MacDowell, 2000:7).
10. Com a migração do prefeito César Maia para o PFL, o PTB perdeu este trunfo político.
11. O PFL fortaleceu-se posteriormente com a filiação do prefeito do Rio de Janeiro, César Maia, a este partido.
12. A reeleição dos chefes dos executivos (presidente da República, governadores e prefeitos) foi introduzida no Brasil pela Emenda Constitucional n.º 16, de 1997, que alterou o § 5.º do art. 14 da Constituição Federal.
13. Para calcular este índice, utilize a fórmula do índice de fragmentação eleitoral ou parlamentar de Douglas Rae, $F = 1 - Sv_i^2$, sendo, v_i a proporção do número de prefeituras da Região Metropolitana do Rio de Janeiro conquistadas por cada partido.
14. A categoria indefinidos foi utilizada para agrupar os partidos pequenos que, por falta de mais informações, não puderam ser incluídos entre os de esquerda ou de direita.

Referências bibliográficas

- FERNANDES, Luís. Muito barulho por nada? O realinhamento político-ideológico nas eleições de 1994. In: *Dados*, v. 38, n.º 1, 1995, pp. 107 a 144.
- FUNDAÇÃO CENTRO DE INFORMAÇÕES E DADOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Anuário estatístico do Estado do Rio de Janeiro – 1988*. Rio de Janeiro: Fundação CIDE.
- GOMES, Gustavo Maia e DOWELL, Maria Cristina Mac. Descentralização política, federalismo fiscal e criação de municípios: o que é mau para o econômico nem sempre é bom para o social. Texto para Discussão n.º 706, mimeo, Brasília: IPEA, fevereiro de 2000.
- IBGE. Censo 2000 [online] <<http://www.ibge.gov.br>> .
- LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de (org.). *O sistema partidário brasileiro: diversidades e tendências – 1982-1995*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- MAINWARING, Scott et al. *Partidos conservadores no Brasil contemporâneo. Quais são, o que defendem, quais são suas bases*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- PORTO, Walter Costa. *Dicionário do voto*. Brasília/São Paulo: UnB/Imprensa Oficial do Estado, 2000.
- RAE, Douglas. *The Political Consequences of Electoral Laws*. 2 ed. New Haven: Yale University Press, 1971 (1967).

REIS, Antônio Carlos Alkmin dos. *Voto e segmentação socioespacial no estado do Rio de Janeiro, 1980-1995*. Tese de doutorado, mimeo, Rio de Janeiro: IUPERJ, 1997.

SCHMITT, Rogério. *Coligações eleitorais e sistema partidário no Brasil*. Tese de doutorado, mimeo, Rio de Janeiro: IUPERJ, 1999.

_____. Rio de Janeiro: multipartidarismo, competitividade e realinhamento eleitoral. In: LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de (org.). *O sistema partidário brasileiro: diversidades e tendências – 1982-1995*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

Resumo

O autor analisa o resultado das eleições majoritárias realizadas nos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro entre 1992 e 2000. Quanto à participação eleitoral, observa que a abstenção oscilou, mas os votos em branco e nulos declinaram. Demonstra que, no segundo turno, a abstenção tende a crescer, e os votos em branco e nulos tendem a cair. Com relação à evolução da competição partidária, observa que os partidos de esquerda obtiveram menos vitórias eleitorais do que os de centro e os de direita. Mostra que a alternância dos partidos nos Executivos foi uma característica da maioria dos municípios da Região. Quanto à reeleição, demonstra que a maioria dos eleitos em 1996 tentou se reeleger e que, dentre estes, a maioria obteve sucesso. Por fim, demonstra que a maioria dos que disputaram um segundo mandato em 2000 e que se reelegeram concorreu pelo partido pelo qual se elegeu anteriormente.

Palavras-chave

Município, eleição majoritária municipal, região metropolitana, participação eleitoral, partidos políticos, prefeito, Poder Executivo.

Abstract

The author analyzes the result of the majority elections held in the municipal districts of the metropolitan area of Rio de Janeiro between 1992 and 2000. With regard to the electoral participation, he observes that abstention oscillated, but blank and spoiled votes decrease. He demonstrates that, in the second round, abstention tends to grow and blank and spoiled votes tend to decrease. Regarding the evolution of the competition, he observes that the left parties obtained less electoral victories than the ones of center and of right. He shows that the alternation of parties in the Executives was characteristic of most of the municipal districts of the area. With regard to the reelection principle, he demonstrates that most of the elected ones in 1996 tried to obtain a second mandate in 2000 and that, among these, most were successful. Finally, he demonstrates that most of the candidates that disputed a second mandate in 2000 and were elected competed for the same political party for which they were chosen in the 1996 election.

Key-words

Municipal district, municipal majority election, metropolitan area, electoral participation, political parties, mayor, Executive.